



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Nº. 15/2024**

Aos vinte três dias do mês de setembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação da Presidência de **JOÃO VIRGÍLIO DE ALMEIDA GARCIA**, e na presença das seguintes representações:

**ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS:**

Ana Cristina Aguiar de Oliveira (S), **Associação Beneficente Amurt Amurtel, Coras Restinga 2**; Camila Spies Lopes (T), **Instituto Leonardo Murialdo - Associação Protetora da Infância – Coras Partenon**; e Glauce Neide da Silva Rodrigues (T), **Lar Gustavo Nordlund, Coras Nordeste**.

**ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DO SUAS:**

Dafne Rodrigues Pellegrino (T), **Conselho Regional de Psicologia – CRP – 7ª REGIÃO**; Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**; Heloísa Leão Viñolo (T), **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória**; e Warná Frúhauf (T), **SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS, Coras Sul**.

**ENTIDADES DE ORGANIZAÇÕES E/OU REPRESENTAÇÕES DE USUÁRIOS:**

José Carlos Ribeiro Santos (T), **Coletivo de Usuários dos Povos de Matriz Africana, Coras Centro**; Tânia Mara da Silva Garcia (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar**; Gérson Luiz dos Reis Martins (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste**; Juramar Vargas (T), **Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas**; e Terezinha de Fátima de Deus Teixeira Lemos Araújo da Rosa (S), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Extremo Sul**.

**REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:**

Kátia Patrícia de Oliveira (S), João Virgílio de Almeida Garcia (T) e Laura da Silva Ferronato (T), **FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania**; Olívia Trevisan Bertolini Monteiro (T), **SMGOV – Secretaria Municipal de Governança Local**; Carine Moraes (S), **SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**; Maria Marlene Jardim de Melo (T) e Dulce D'Avila Aguiar (T), **SMED – Secretaria Municipal de Educação**; Sônia Rejane

dos Santos Vieira (T), **SMF – Secretaria Municipal da Fazenda**; Geórgia Volkmer (S), **SMS - Secretaria Municipal de Saúde**; Joice Rodrigues (T), **SMAP – Secretaria Municipal de Planejamento de Administração e Patrimônio**; Adriana Furtado Pereira da Silva (T), **SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos**; e André Luis de Oliveira Ribeiro (S), **SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança**.

**FALTAS JUSTIFICADAS:**

Antônio Izael Rodrigues Santos (T), **Instituto Cultural São Francisco de Assis**; e Tranquilo Fiametti (T), **Fundação Fé e Alegria, Coras Humaitá/Navegantes**.

**DEMAIS PRESENTES:**

Loiva Dietrich, **DT-FASC**; Mirela de Cinta, **PSE-FASC**; Jorge da Rosa, **Coras Extremo Sul**; Almadvia Gomes do Valle e João Fabiano, **Secretária Executiva do CMAS**; Jucemara Beltrame, **Assessoria Jurídica CMAS**; Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do CMAS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa**.

**PAUTA:**

- 1. Apresentação - ILPI Grau III;**
- 2. Trocas de conselheiras da SMED;**
- 3. Comissão Eleitoral do CMAS;**
- 4. Comissão de Normas;**
- 5. Retorno PLOA 2025.**

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 14h15min:

**João Virgílio de Almeida Garcia (T) – FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Boa tarde, gente. Tudo bem? Vamos iniciar, então, a nossa plenária do dia 23/09. Pauta 15 de 2024. Apresentação ILPI, grau três, troca de conselheiros da SMED, comissão eleitoral do CMAS, comissão de normas e um retorno do LOA 2025. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Só vou pedir para a gente incluir na pauta os encaminhamentos que a gente tirou na executiva, que a gente ficou de referendar hoje na plenária, tá? Da executiva. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** A apresentação do ILPI, as gurias estão aí. Elas passaram na nossa executiva, na quinta-feira, e a gente solicitou só para elas fazerem uma apresentação, tirarem algumas dúvidas para a gente poder passar na plenária. Certo, Loiva?

- 1. APRESENTAÇÃO - ILPI GRAU III;**

63 **Loiva Dietrich, DT-FASC:** Sempre é bom a gente estar juntos. Só para lembrar, assim, o  
64 projeto do ILPI, que é o grau três de idosos, ele já passou por aqui, ele já foi aprovado ano  
65 passado, início do ano. Então, já tem a resolução do CMAS. Está tudo certinho. A gente  
66 colocou o edital na rua. Mas, antes disso, a gente teve toda uma negociação. A gente  
67 demonstrou que Porto Alegre é uma cidade, agora, para quem está acompanhando o censo, o  
68 último censo que saiu de 2022, Porto Alegre é a capital com mais número de longevos. Então,  
69 isso é bom. Mas, ao mesmo tempo, é um público também do Sistema Único de Assistência  
70 Social. Então, nós estamos com um grupo altíssimo, em torno de 200 idosos, em fila de  
71 espera, que vai aparecer na apresentação, também, a Mirela vai fazer, precisando de vaga. O  
72 que a gente fez? A gente fez uma apresentação para o prefeito e a gente pediu uma ampliação,  
73 a Adriana ajudou muito nesse processo, uma ampliação de 120 metas, ampliação de recurso,  
74 para a FASC, para ampliação de 120 vagas de ILPI grau três. Que a maior demanda de grau  
75 três é aquele idoso em situação mais vulnerável, acamado, porque ele é dependente, ele  
76 precisa de uma pessoa com ele o tempo todo. Então, o prefeito aprovou as 120 metas, mas  
77 veio a [Inaudível] aprovou 154 metas. Aí, nós fizemos uma adequação de recurso, baixamos a  
78 meta lá da Pousada da Garota, tiramos um pouco de recurso dali, isso foi ano passado ainda,  
79 tá, gente? E conseguimos para 60 metas. Aí, o projeto técnico, o pessoal da PSE e a Mirela  
80 escreveram, era dois equipamentos, seriam duas instituições para 30 metas. Aí, voltando para  
81 publicar, o que aconteceu? Acontece que nenhuma OSC consegue comportar 30 metas. Não  
82 tem espaço físico de atender um público de 30 metas nesse perfil. Receber 30 direto, não  
83 conseguiram. E aí o nosso edital, as nossas entidades, colocou lá 20, outra 24, outra 28, era o  
84 que eles poderiam comportar. Aí, a gente chamou o COMUI para conversar, para pedir ajuda.  
85 Existe uma realidade em Porto Alegre, a população de rua, 30% da população de rua, hoje, é  
86 idosa e nós estamos estrangulados. Então, o que a gente fez? Se nós não gastarmos esse  
87 dinheiro esse ano, com certeza esse recurso vai voltar para a centralizada e aí vamos estar no  
88 processo de eleição. Então, esse é o motivo que a gente está aqui. Então, a gente fez uma  
89 adequação na planilha de custos, baixamos de 30 vagas para 20, para ver se a gente consegue,  
90 ainda, implantar esse ano, botar esse projeto na rua o ILPI, com o mesmo recurso. Porque vem  
91 mudança de gestão ou não, enfim, o que importa são as pessoas, o que importa é que a cidade  
92 precisa e tem demanda para ILPI grau três. E isso é uma conquista. A gente conseguiu ampliar  
93 o recurso para a assistência social e a gente perder isso e não colocar isso no edital na rua,  
94 agora, assim, em setembro, aí tem todo o rito do edital. Tem outubro, novembro, vai começar  
95 mesmo lá em dezembro, do edital. E aí a gente garante que fica fixado para o ano que vem.

Depois que entra na vida, reduzir é mais difícil. Então, esse é o nosso desafio de estar aqui para vocês e não perder, já que a gente conseguiu essa ampliação de recurso para a assistência social, a gente fazer uma adequação rápida e ter o apoio do conselho na aprovação desse projeto. Mas a Mirela, acho, pode apresentar com mais detalhamento, assim. Essa semana, também, passei agora, feriadão, passei os dias com a minha mãe, que tem 82 anos, mas a gente tem muitas famílias que não têm essa condição de estar cuidando, estar olhando. Então, todos nós, quem tem mãe, quem viveu, o quanto eles precisam de cuidados, o nosso público da assistência social, às vezes, não tem família, às vezes, não tem ninguém por ele, infelizmente, precisa do atendimento profissional. Nem toda família, todo mundo tem uma rotina, a correria de vida, trabalhar, para aqui, para ali. Então, na profissão, o melhor, sempre, é estar com a família, sempre. Eu vi a minha tia, também, já está na pousada, então, eu vi o desespero dela e daí as minhas primas, eu acho que é importante falar isso, porque é o que eles precisam. Ela levantava a minha tia, que não consegue caminhar, e dava uma voltinha assim com ela e botava ela na cadeira para levar ela ao banheiro. Então, nem sempre as famílias têm esse cuidado, às vezes, a rotina ali de trabalho e da sobrevivência e como é que a gente faz? Nós temos uma demanda enorme. Nós vamos fazer a nossa parte, estamos propondo a ampliação do ILPI grau três. Passar para a Mirela apresentar um pouco mais detalhamento dessa alteração, que eram 60 vagas, dois grupos de 30, a gente passou para três grupos de 20. Tá, gente? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Boa tarde para vocês. Eu vim aqui, a gente já apresentou o projeto propriamente dito. O projeto propriamente dito ele não tem um livro. A gente fez um projeto que pode ser replicado. Não tem unidades, porque a gente fez um projeto grau um, dois e três no mesmo para a gente poder, quando captar recurso, poder abrir sem passar de novo para fazer outro projeto. O projeto ele é genérico. O que não é genérico é o plano de trabalho e a planilha financeira. Então, o que aconteceu? A gente continua batendo no edital de 60 vagas, que é o que a gente conseguiu recurso. A Loiva falou o histórico do recurso. A gente queria, na verdade, 120. A gente tem um volume de, aí aqui eu trouxe para vocês os dados de 2020, 22, 23 e 24, dos ingressos. A gente vê ali que, dependendo do grau, mas que tudo vai para o grau três, porque é o que fica acamado, aquelas coisas que vocês sabem. Mas, o que acontece aqui? Como o grau três, só a privada, se a pessoa vem a óbito, então, as vagas são muito lentas. Então, nós temos hoje, não, dia 17/09, 103 casos na lista de espera, excluindo os bloqueios. Porque os bloqueios, eles vêm via OSC, eles não são computados, isso aqui é o controle do núcleo. Então, tem 103 grau três em lista de espera, fora os bloqueios judiciais. E os que dependem de documentação, então a gente deve ter por volta

de 170 casos que vão se configurar. O que acontece? O grau um e o dois, teve o fechamento do Lar da Amizade há pouco tempo, quando a gente foi fazer o aditivo, a gente aumentou um pouquinho de meta e a gente conseguiu dar uma boa sugada no grau um e dois na lista de espera, mas também por quê? Porque a gente teve 214 solicitações de idosos, 63 foram para equipamentos de adultos, 29 só para o [Inaudível]. Já estava contando agora. Ele tem 40, 46% disso? 46% deles, do público da casa de passagem da zona sul é de idosos. Então, assim, esses idosos que não se adaptam ao ILPI ou não tem vaga, mas eles têm uma autonomia, a gente acaba colocando nos equipamentos de adultos para fazer essa proteção. Então, a gente tem um público grande de idosos em equipamentos de adultos. Então, só 61 é um volume grande. E daí, tu tem 40 que a gente já colocou em ILPI esse ano, 23 casos que, ou foi negado, ou desistiu, ou cancelou, aquelas coisas assim. E 59 estão em lista de espera e pendente de documento. Esses dados de 2024, tá? Então, a gente tem 200 casos, na verdade, se a gente somar esses valores ali, com esses aqui, 103 mais 28 mais 59. É bem curta a apresentação. Só para constar, assim, o que acontece? A gente tem uma regra prevista na NOB. Qual é a regra prevista na NOB? Aí entra a parte de alteração, tá? A regra prevista na NOB é um cuidador para cada seis idosos, tá? Aí o psicólogo, assistente social, profissional de recreação e lazer e profissional de cozinha. Esse é o que está na NOB, a NOB não tem mais nada, só isso. Mas a gente, que trabalha com idosos, a gente sabe que não funciona assim. Todo mundo sabe que acaba precisando de outras coisas, mas a NOB diz, é o que temos como parâmetro. O que a gente previu para atender a RDC? Que uma ILPI ela tem que ser configurada via vigilância sanitária, embora seja o equipamento da assistência, ILPI grau três, poucos municípios são da assistência. A maior parte deles, ou vai na saúde, ou é híbrido. Aqui que tem essa situação. Então, é uma coisa atípica, então. A gente precisa de um psicólogo, um assistente social, que tenha ou fisioterapeuta, porque hoje, terapeuta ocupacional não encontra em Porto Alegre porque fechou as universidades de T.O., T.O. não tem. Então, a gente vê os ILPIs com uma dificuldade muito grande de achar T.O. Então, assim, grau três a tendência é que se use o fisioterapeuta. Um enfermeiro, que vai ser o RT. A gente conseguiu garantir pelo menos um enfermeiro para ter uma noção da medicação, dos encaminhamentos, nutricionista, porque a alimentação do grau três geralmente precisa, porque é parenteral. E 14 cuidadores. Por quê? É um para cada seis e um número de 20, o cálculo dá 3,333. Então, ficou 14 cuidadores que dá uma média de sete por dia. Que dá em torno de 2,33 para atender o RH, custo per capita e em vez da divisão ser entre três unidades, duas unidades para cada ILPI especialmente, ficou em duas. Por que isso? A gente teve um edital falhado. Edital falhou, por quê? Porque as pessoas

não conseguiram abrir uma ala para 30 vagas, para eles é grande demais, aí a gente chamou as OSCs para perguntar o que estava acontecendo, eles dizem que eles não têm condições de arcar com 30, de ter que fazer mudanças estruturais. Então, a gente conseguiu, o pessoal participou, um conseguia 24, e aí ficou para depois. Aí repondo, como é que eu vou fazer um edital de 60 vagas se o edital era 30, então, o que a gente pensou? Que 20 vagas era mais fácil de ampliar e ter mais gente disputando. Inclusive a gente pode ter um pouco mais de disputa, para ter uma qualidade melhor de atendimento e alguém ter a condição de atender esse volume. E a gente sabe que as ILPIs são instituições maiores que 30. Não vai abrir uma ILPI do zero com esse valor. Então, 20 metas é o mínimo que a gente pode trabalhar, né? Por quê? Porque no grau três é só para acamado com alto grau de dependência. E aí qual é a proposta de alteração? É só isso aqui. É exatamente mudar de 30 unidades para 20. E, então, a planilha de custos é essa, que é a mesma planilha, só muda os valores, aí tem um aperto ali no aluguel, para poder manter o RH e manter a alimentação e as demais diminuindo. Então, a gente mexeu no RH para adequar a NOB. Então, vai ter o mesmo número de técnicos, por ter junto enfermeiro, dizem que ele tem que ser o coordenador o responsável técnico. Ficou assim. Então, essas são as únicas diferenças que teve. Eu acho que a grande diferença que a gente colocou aqui, a gente diminuiu dois educadores, a gente diminuiu dez pessoas, diminuiu dois educadores, mas manteve o resto todo. Não mexemos mais nada do RH. E aí a gente tirou um pouco do dinheiro do aluguel, porque a gente sabe que a maior parte dessas pessoas já têm um imóvel próprio. Já sabe quem eles são, são espaços grandes para estar comportando esse caso, então, a gente vai diminuir no aluguel, mas manteve o psicólogo, assistente social para cada 20. Que daí aumenta o número de técnicos. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Alguma dúvida, pessoal? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sim. Pode voltar só para o primeiro gráfico, Mirela. Primeiro, eu queria solicitar que vocês encaminhassem esse material para o conselho para a gente poder ter aqui como registro, porque eu acho que são levantamentos importantes. Eu só queria poder entender um pouco esse gráfico de vocês, assim, porque daí tu colocou lá, vamos pegar o grau três. Em 2022. E aqui, nós estamos trabalhando com o que foi atendido, é isso? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** O que foi recebido como demanda. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Como demanda. Então, teve uma demanda em 2022 de 106, em 2023 de 71 e 2024 de 33. Isso não é uma demanda que foi atendida, é uma demanda que foi... **Mirela de**

**Cinta, PSE-FASC:** O que acontece ali? Tu está vendo ali pendente de grau? Os dados que eu peguei de 2022, eu peguei da tabela antiga, eu só atualizei de 2024. Então, a gente sabe que os graus que estão pendentes são coisas que faltam, então, geralmente, é grau três. Então, a gente está calculando que seja 100 por ano. Recebe 100 por ano. Porque ali a gente pede laudo do médico e tudo mais. O que tem acontecido, que é importante? Os hospitais eles estão judicializando direto. Então, assim, sabe que não tem vaga, eles já judicializam para ganhar tempo. Então, a gente tem alguns problemas daí. Eu acho que uma outra questão são as clínicas clandestinas, que tem muitas. Então, tem gente que estão passando por clínicas clandestinas e tem um problema de idoso que teoricamente não seria da assistência, mas é.

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Vamos pegar 2023, desses 247, teve demanda reprimida?

**Mirela de Cinta, PSE-FASC:** A demanda vai reprimida, hoje é 103. Do grau três.

**Loiva Dietrich, DT-FASC:** Grau um e dois a gente não está tendo mais tanta. Só da vaga, só abre e dá vaga. É acumulativo, não sai. Acumulativo não sai. É acumulativo, então, o que sobra em 2022 junta de 2023 vai sobrando e vai acumulando.

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, desses 103 que estão hoje numa lista de demanda, o que vai ter de oferta são as 60 metas que está se colocando agora.

**Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Qual é o critério? É por isso que era 120, né? Por isso. A gente brigou muito para ser 120. Quem olhar o processo vai ver o quanto a gente brigou. O que acontece ali? A na nossa lista, qual é o critério que a gente usa para elencar as pessoas para ser prioridade? A prioridade é a vulnerabilidade. Se tu está na rua, tu é vulnerável, tu tem prioridade sobre quem está em hospital. Então, a gente acaba procurando deixar o mínimo possível em desproteção.

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Não, isso para mim é uma questão que eu queria tentar entender o gráfico, porque, às vezes, para quem faz, tudo é muito lógico, mas para quem está vendo pela primeira vez não era isso. Então, nós estamos aqui, então, com uma apresentação de uma demanda reprimida de 103. Estamos, então, fazendo uma adequação num projeto que, se eu estou enganada, ele foi aprovado final do ano passado, em dezembro de 2023. E nós estamos entrando em outubro, com esta demanda. E por que eu estou trazendo isso? Porque, exatamente isso. Dá vazio os editais. Aí vamos ver qual é a questão dos vazios dos editais. Isso, sabe, assim, como é que eu vou dizer para não ser grossa? Então, o ano passado, a gente vem para este conselho, vem a aprovação, vem uma solicitação de ampliação

de metas dentro dos moldes que foi apresentado. Neste percurso do ano, daí dá o problema no edital. E aí, agora, de novo. Enquanto isso, essa lista de demanda reprimida permanece aí e com certeza ampliando, porque eu fico pensando que esses 103 que estão aqui, Mirela, é o que são encaminhados, que são demandados. E que, com certeza, a gente que tá nos territórios sabe que a demanda ela é mais significativa. **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Mas eu acho que tem uma coisa que é importante, assim, quando eu cheguei para fazer, a gente ganhou 120 e a gente achou que ia ser fácil de colocar 30. A gente baixou para 30, porque, pô, 30 é um número razoável, assim. Para casa de passagem tem 50, um abrigo de população adulta tem 50. E não foi fácil. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É, eu acho que é bem esse de não ser fácil, a gente tem feito visita nos nossos abrigos e a gente chega lá e a gente encontra as famosas “beliches”. E a gente continua sempre falando sobre isto, que isto é um problema. Tu tem mais vaga, mas tem vaga que tu não consegue disponibilizar, porque as pessoas não conseguem, enfim. Então, é um pouco, né, do diagnóstico da realidade que a gente tem que eu acho que a gente precisa avançar. A outra questão para mim, bom, foi feito, é edital que está sendo feito. Tem um recurso para implantação, então são casas novas que serão abertas? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Espaços novos, tem que adequar o espaço, recurso novo. Uma OSC que abarcasse 30, as pessoas que participaram no edital, tinha OSC que não tinha, mas tinha OSC que sim, tinha. E as OSCs que têm, de qualquer forma, vão abrir uma ala nova para 30, para 20, é uma ala nova. Então, elas têm que adequar toda a situação e é um dos motivos porque tem gente que não participou do edital porque dizia que para 30 eles não têm condições de ter um equipamento. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Uma ala hospitalar? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Não hospitalar. Banheiro adaptado, é uma ala nova, tem todo um custo disso, né? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá, então, acho que só concluindo é isso. Terão 60 metas, mas que já estão comprometidas, então isso não significa... **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Não. É o aumento de metas, mas não significa que a gente vai ter folga para atender demanda nova. É isso, infelizmente, 120 a gente teria uma folguinha. O que acontece? Eu queria só dividir para vocês. O fato de Porto Alegre ser o único lugar dos que a gente teve pesquisando que ILPI é totalmente da assistência grau três. Nos outros lugares é totalmente da Saúde. O grau dois é híbrido. Por que isso? Aí tu tem toda uma série de questões de idosos com um nível muito agravado que a gente não consegue atender, de vagas socioassistenciais,



261 porque eles precisam de enfermagem, de geriatria. Então, assim, é uma questão da tipificação  
 262 que prevê e Porto Alegre fez essa escolha. Então, nós, como assistência social, temos que  
 263 atender a demanda do idoso, e aí outra coisa é a questão da saúde mental do idoso, que é um  
 264 problema. Então, tem idosos que eles querem botar no grau três porque ele tem um transtorno  
 265 psiquiátrico prevalente, mas grau três não é para isso. Então, tu acaba tendo essas questões,  
 266 assim. [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**  
 267 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Mas só uma coisa  
 268 para entender. Da aprovação do CMAS, que foi, eu acho que em dezembro do ano passado,  
 269 até março. **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Foi o prazo de correr edital. Aí tem que o jurídico  
 270 consultar o edital, a partir do projeto aprovado, em cima do projeto. A gente aprovou,  
 271 encaminha para a ASSEJUR, em cima disso ela faz abertura do edital. Aí começa o plano de  
 272 trabalho, aquela burocracia. Aí vai para a rua, publicação, tem trinta dias de prazo para os  
 273 órgãos se inscreverem. Aí tem trinta dias de análise da documentação. Aí tem cinco dias de  
 274 recurso, tem análises e tudo. E aí isso leva mais ou menos uns sessenta dias. Acho que não  
 275 tem nada que não sejam sessenta dias, todos os prazos legais, entendeu? Por isso que a nossa  
 276 pressa, porque a gente vai ter um problema aí na frente. É verdade. A questão do idoso em  
 277 Porto Alegre, ela vai ser sempre recorrente. Eu tinha escrito um trabalho do processo de  
 278 envelhecimento da população de Porto Alegre, nós éramos a segunda capital com o maior  
 279 número de idosos e de lá para cá, nada se ampliou de serviço, assim, uma ali, duas ali, mas  
 280 significativamente, nada. E agora, com o novo censo, nós somos a primeira capital do Brasil.  
 281 E esse assunto vai vir à tona sempre. E aí, por isso essa urgência. Essa aprovação, só para  
 282 concluir o raciocínio, essa aprovação não é solução, ela é um passo importante de termos mais  
 283 60 metas, mas ano que vem tem que batalhar para mais 60 no mínimo, entendeu? **Camila**  
 284 **Spies Lopes (T), Instituto Leonardo Murialdo - Associação Protetora da Infância –**  
 285 **Coras Partenon:** Como a gente está falando desse aumento de demanda de idosos, eu só ia  
 286 retomar a questão do Serviço de Proteção Social Especial, de idosos e deficientes, que a gente,  
 287 na verdade, não tem em Porto Alegre. Teve aquele projeto piloto lá em 2019, depois a gente  
 288 teve uma pandemia, mas acho que é importante a gente poder retomar a importância desse  
 289 tipo de serviço, porque, na verdade, muito ele acaba reduzindo um pouco dessas demandas  
 290 para ILPI. Então, para a gente não esquecer que a gente tem esse atendimento tanto na básica  
 291 quanto na média e que a gente, infelizmente, não tem em Porto Alegre, mas a gente sabe que é  
 292 um atendimento que acaba reduzindo o índice de ILPI, até porque ele coloca um atendimento  
 293 que acaba, inclusive, dando um suporte para os cuidadores que, muitas vezes, são os que

294 acabam desistindo de fazer esse cuidado e que acabam muitos idosos indo para ILPI. Então, só  
295 para a gente não esquecer que são serviços extremamente importantes dentro da política e que  
296 eles não estão sendo executados aqui. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional**  
297 **de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** Esse projeto é um paliativo, porque  
298 a situação de Porto Alegre tem que ser resolvida muito rápido. E tem agravantes que daqui  
299 para frente serão maiores ainda, porque a maioria da população hoje em dia, quando tem um  
300 idoso, fica mais difícil do que dar para outro. Só que assim, tem lugares que não têm, que têm  
301 toda uma experiência de atendimento, tem o espaço, mas não tem inscrição do COMUI. Aí  
302 fica fora. E aí, quando a gente está nesse processo, os idosos continuam precisando de espaço.  
303 Eu tenho conhecidos idosos que moravam com o filho deles, que foram alagados, o filho  
304 acabou levando embora para morar com o filho em outro lugar, porque Porto Alegre não tinha  
305 mais condição de ficar. E enquanto a gente está tentando resolver para 60, que é muito pouco,  
306 muitos estão morrendo até, porque a gente não está achando solução. E a solução tem que ser  
307 mais dinâmica, tem que ter processo, tem que ter discussão, só que de dezembro a outubro,  
308 por dez meses, dez meses quantos idosos se perderam aí? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Eu  
309 só acho que tem uma coisa que a gente precisa discutir muito seriamente, é o limite da  
310 assistência social nesses atendimentos de alta complexidade. Eu acho que a gente fica falando  
311 da assistência, assistência e esses idosos... Minha mãe morreu em janeiro, tá? Ela era grau  
312 três, foi cuidada em casa. Não é uma coisa para assistência, é uma coisa para a Saúde, ou pelo  
313 menos. Eu acho que a gente fica falando também de todos esses serviços. Tem O Melhor Em  
314 Casa e várias vezes não serve para essa população. Essa população tem um nível de  
315 vulnerabilidade por causa da faixa etária, que ela é para além da assistência social. E outra  
316 coisa, tem muitos idosos que estão em vulnerabilidade econômica e que não têm  
317 vulnerabilidade econômica. Só tem abandono, porque tem famílias que poderiam arcar com as  
318 condições. Então, tem vagas que a gente nega porque não tem o suficiente e pode arcar com  
319 uma ILPI privada e não precisa engrossar esse número. Mas aí tu fica discutindo por que o  
320 filho não quer pagar ou quer ficar com os bens. Então, assim, é um público muito vulnerável,  
321 é um público muito desprotegido. O projeto, ele não é um projeto paliativo, porque ele prevê  
322 que tu possa ampliar ele à medida, todos os graus, mas a gente precisa de recurso para atender.  
323 Só que também Porto Alegre é o lugar que mais acolhe tudo, tudo. A gente teve discutindo  
324 com o pessoal de São Paulo e de outros lugares, Porto Alegre acolhe muito mais que os outros  
325 municípios, tem uma cultura de acolhimento em geral, em todos os níveis, idoso, adulto,  
326 criança, adolescente. Porto Alegre tem, os RRI de Porto Alegre são referência para São Paulo

e a população de São Paulo são dez vezes maior. Por que a gente não consegue cuidar de quem é nosso para cuidar das pessoas no domicílio? Essa é uma pergunta. Por que a gente acha sempre que só analisando o grau três? O grau três eu não entendo, porque realmente uma família não dá conta, a não ser que ela tenha um recurso financeiro que possa pagar. Mas grau dois, grau três, estou dizendo grau três. Porque o grau três para mim ele é um outro e a gente poderia ter escolhido, mas eu acho que o grau três é a emergência da cidade, onde as pessoas estão mais vulneráveis, porque elas não podem falar por elas mesmas. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Não, primeiro, eu entendi que a FASC encaminhou a solicitação para 120 metas. Então, eu queria entender onde é que isso. Hã? [Falas concomitantes]. Não, lá tu pediste. É isso que eu estou perguntando. Primeiro é isso. Foi encaminhado 120. Tinha um levantamento da FASC, tinha um diagnóstico, tinha uma demanda que era para dar conta disso. Este conselho precisa saber. Bom, onde é que foi? Foi no Centro de Governo? Lá eles entenderam que não, que 60 era o suficiente, enfim. Para a gente só entender. Então, a Fazenda está mandando mais do que o prefeito? Está legal. Então, isso é uma coisa, tá? Eu acho que este conselho tem que se manifestar em relação a isso. Tu não pode ter uma demanda ali já apontada de 103 e tu conseguir dar conta de 60, os outros morrem. Então, é um encaminhamento que eu... [Falas concomitantes]. É por isso que eu digo. É isso que eu digo, gente. Este conselho, ele tem este papel também. Então, eu sei que vocês fizeram isso, mas é papel deste conselho também fazer isso. E este para mim é um encaminhamento que a gente concretamente tem que tirar aqui. Que é isso, não pode ter uma secretaria que é da política da assistência, faz o seu diagnóstico, apresenta todos os argumentos e não, né. Bom, isso é uma coisa. A outra questão que eu queria trazer, que é em relação aos editais, e aí eu queria dizer um pouquinho do que eu acho que entendi. Que assim, antes, em Porto Alegre, tinha as entidades, vinham para o conselho, eram aprovadas no conselho. Agora não, elas têm que estar escritas neste conselho, é diferente. E nunca mais. E em relação aos editais então, seguidamente a gente solicita para a FASC, que a gente sabe que tem uma questão de sigilo, não sei se é sigilo a palavra, mas enfim, que precisa ser, mas se tem uma questão que em todos os GTs que a gente aponta a importância de a gente ter algumas questões nesses editais, como a expertise no trabalho, né? Enfim, uma série de outras coisas que a gente tem que ter. Desculpa, o jurídico não vai ter esta visão. O jurídico vai ter a visão legalista do que pode dar problema e do que não pode dar e o nosso papel é poder pensar de que forma, com qualidade, o serviço seja ofertado. Então, tem dois

360 encaminhamentos para mim aqui que procedem. Então, que o CMAS acompanhe esse  
361 processo aí da efetividade, da eficácia e aí eu só quero fazer aqui um outro, eu só quero fazer  
362 aqui uma outra constatação. Na Comissão de Fiscalização a gente vem olhando todas as  
363 resoluções. Tem várias resoluções deste conselho que aponta que em três meses deveria  
364 receber um relatório técnico, que deveria isso, aquilo, o que não vem acontecendo. Falha  
365 nossa, que não estamos conseguindo monitorar isso e cobrar e falha da gestão, que também  
366 não está vendo isso e não está encaminhando. Então, essa é uma questão que nós vamos ter  
367 que ficar atenta em relação às resoluções. Então, esse encaminhamento é um encaminhamento  
368 que tem que sair nesta resolução e a gente tem que dar uma periodicidade para isso. **Glauce**  
369 **Neide da Silva Rodrigues (T), Lar Gustavo Nordlund, Coras Nordeste:** Eu trabalho na  
370 assistência social há cinco anos em uma ILPI aqui na Humaitá. Eu entendo todo esse processo,  
371 a questão da pressa de se aprovar esse edital, das instituições se inscreverem. A nossa  
372 instituição foi uma que não tinha demanda para trinta vagas. Nós não tínhamos trinta vagas  
373 para disponibilizar, por isso não participamos do edital. A per capita para adequações no  
374 espaço da minha ILPI não foi muito baixo. Então, a gente não tinha como fazer uma  
375 adaptação para isso. E aí, quando a FASC, ela traz de, “foi isso que o prefeito aprovou nesse  
376 orçamento”, eu acho que falta o conhecimento do serviço. As pessoas, elas não sabem o que é  
377 uma ILPI. A ILPI, ela demanda muito recurso financeiro e de RH. É um serviço caro se  
378 manter, é muito caro, porque quando a gente fala de ILPI, é uma instituição de longa  
379 permanência, é até a morte. Ela não sai de lá, o idoso, nenhum familiar que volta ali, ou se  
380 vem encaminhado de um edital, de uma instituição. Não, ele fica ali até a morte. Então, por  
381 isso que a demanda, ela é devagar, a questão do grau três. O grau três, eu nem vou mais  
382 discutir isso, porque eu estou bem cansada de discutir assistência e saúde, a saúde não  
383 colabora, não entra junto no pacote. Então, a bomba fica sempre para a política de assistência,  
384 que eu também entendo que o grau três não é para assistência, porque demanda muito, é  
385 questões de saúde grave. A gente tem idosos lá paliativos, paliativos que vão chegar, é só  
386 esperar o fim, a morte, não tem mais o que fazer. A gente tem idosos que evoluem mês após  
387 mês. Um mês está assim, outro mês ele já é um grau três, ele avançou no Alzheimer, o  
388 Alzheimer, a gente tem notado muito esse Alzheimer. O Alzheimer ele traz vários prejuízos à  
389 saúde do idoso e ele no abrigo, ele não consegue ser atendido. Eu recebi o encaminhamento de  
390 um idoso para o grau três. O AVC, ele bate na porta e quando ele bate na porta, ele fica. Deixa  
391 sequelas gravíssimas, que são grau três, o idoso não consegue se alimentar, então a gente está  
392 ali com sonda, está com uma alimentação com sonda. Então, o custo para se cuidar de um

393 idoso grau três é muito alto dentro de uma ILPI. Então, essa realidade, quem está fora não  
 394 conhece. Acha que é simplesmente botar o idoso ali e o cuidador vai cuidar e pronto, resolveu,  
 395 vão embora para casa. Não é isso, é cuidado vinte e quatro horas, é desgaste de RH, é desgaste  
 396 emocional. Quantos, se tu puder me responder, quantas ILPIs que atendem grau três em Porto  
 397 Alegre com parceria com a prefeitura? **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Tem duas. **Glauce**  
 398 **Neide da Silva Rodrigues (T), Lar Gustavo Nordlund, Coras Nordeste:** Duas? Duas para  
 399 uma demanda em Porto Alegre que esperam, fora os judiciais. **Mirela de Cinta, PSE-FASC:**  
 400 Eu acho que assim, uma coisa só para o grau três e toda essa complexidade que acaba dando  
 401 no bloqueio, estão botando em qualquer lugar depois. Principalmente hospitais, os hospitais  
 402 fazem muito isso, largam lá e aí tu tem um idoso por R\$ 1.700, R\$ 400, R\$ 500, que é o que o  
 403 idoso tem e não paga o que custa uma ILPI grau três, jamais. **Glauce Neide da Silva**  
 404 **Rodrigues (T), Lar Gustavo Nordlund, Coras Nordeste:** E aí também não é um impeditivo  
 405 quando a gente entra no edital ou numa parceria com a FASC e tem assim, tem deficiência.  
 406 Não, é impeditivo. Vamos receber com renda, com o seu rendimento. Desde que o município  
 407 ele arque com o valor. E ainda não chega no valor real de um grau três. Gente, o valor real de  
 408 um grau três para cuidador é de seis a oito mil reais mensais uma instituição idoso grau três.  
 409 **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Porque vocês têm aquele profissional que não é previsto, que  
 410 precisa, que é técnico de enfermagem, enfermeiro que precisa desse médico, que passa sonda,  
 411 passa tudo. **Glauce Neide da Silva Rodrigues (T), Lar Gustavo Nordlund, Coras**  
 412 **Nordeste:** Então, assim, a demanda é urgente, mas também é urgente para que se ampliem  
 413 esses trabalhos, esses serviços para essas pessoas. E ILPI, Centro Dia do Idoso, tem idosos  
 414 que não era para estar em ILPI, que poderia estar num abrigo, numa Casa Lar de Idosos. Que  
 415 ocupa uma vaga de um grau três. Tem idoso, que poderia estar em outro lugar e poderia estar  
 416 numa ILPI, está num abrigo. Então, isso a gente tem que rever esses serviços. Centro Dia do  
 417 Idoso. **Mirela de Cinta, PSE-FASC:** Não é só isso. Ela tem idosos que deveriam estar no  
 418 Centro Dia, mas ele não interna porque é um idoso, que ele deixa de ter transporte, aí faz  
 419 sessenta anos, se torna um problema de ILPI, mas ele não consegue ir para uma ILPI porque  
 420 ele precisa de outras coisas, que uma ILPI não dá. Então, acho que isso é uma questão do  
 421 idoso na cidade que é muito mais profundo do que isso aqui que a gente está discutindo.  
 422 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**  
 423 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Talvez a gente pudesse pensar num  
 424 encaminhamento de reunir o CMAS, Conselho de Saúde e o COMUI, e aí a gente fazer essa  
 425 discussão. Aí a gente precisa desses conselheiros que estão, que é o que tu está dizendo. **João**

**Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É uma proposta boa, né? Para a gente poder fazer essa discussão o mais rápido possível. São três conselhos. Vamos encaminhar? **Geórgia Volkmer (S), SMS - Secretaria Municipal de Saúde:** Eu sou especificamente da área da saúde da pessoa com deficiência, mas a gente trabalha também junto com a FASC a questão do idoso. Então, tem muitas questões, eu gostaria em algum momento com calma, a gente conseguir colocar e explicar, já fiz todo o levantamento, todo um estudo, até explicar do GT que aconteceu aqui da assistência e saúde. Eu poderia vir aqui e apresentar, dizer também o que é, o que está acontecendo. Mas nesse momento, como encaminhamento, eu acho, bom, votamos a questão do projeto, que é importante para ele seguir e essa pauta, a gente tem que discutir no seguinte, o que rola, só para você entender, o profissional cuidador de idoso ou de deficiente, ele na verdade tem um CBO que condiz com um profissional ou trabalhador doméstico. Então, ele não tem lugar na saúde, ele não tem lugar na assistência. Quando tu trabalha em casa, quando tu tem idoso, a pessoa está em casa. O problema é que isso, institucionalmente, se esse profissional ele não pode ir, não tem órgão que fiscaliza, ele sai do cuidado e vai embora o problema. Então, é algo que vem de cima para baixo. Como o conselho talvez a gente consiga pensar em como provocar isso em instâncias superiores, mas fica a dica. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, por isso que eu coloquei aqui alguns encaminhamentos aqui. Um, a gente vai se reunir com o COMUI, Conselho e a Saúde. Para ver a situação do grau três. Aí a Geórgia, acho que vai participar dessa. Ficou também a questão do projeto do desagravo sobre a liberação do total de 120 metas para dar conta da demanda reprimida, que é o que foi sugerido aqui também. E quanto ao projeto, ficou aprovação do projeto, a sugestão da Ângela, de incluir a resolução, a FASC que deverá encaminhar ao CMAS avaliação técnica trimestral da execução do serviço. Já está aí? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, vai ser uma nova resolução, né? Então, quando sair uma nova resolução a gente reabre. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, referente ao projeto, quem aprova com essa inclusão? Levante a mão. Quem se abstém? Quem não aprova? **APROVADO.** Muito obrigado, Mirela e Loiva. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pessoal, só um pouquinho. Eu estou vendo os conselheiros para essa discussão. Então, já te botei a Glauce, a Geórgia e o Gérson. Vamos fechar esse GT. Se mais alguém quiser, eu acho que é bem

importante. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Vamos tocar, então, a plenária, gente. Justificativa de falta da plenária aqui. Era para ter feito no início, mas eu quis tocar para as gurias poderem se liberar. Antônio Izael, Conselheiro da CORAS Lomba e suplente Lucila: “Justificamos a nossa falta na plenária de hoje, devido a outros compromissos inadiáveis”. E tem aqui o Tranquilo Fiametti: “Em virtude do falecimento de um colega meu, que residia em São Leopoldo, não poderei estar presente na plenária do dia de hoje. Esse colega foi meu formador, do tempo da minha juventude e tenho uma obrigação de estar presente nesse enterro, que será à tarde”. Então, Tranquilo Fiametti.

## 2. TROCAS DE CONSELHEIRAS DA SMED;

Troca de conselheiros da SMED. Sai a Tatiana de Castro, titular e entra a Dulce Dávila Aguiar. Dulce, aí? Seja bem-vinda. E sai a Krisley Pereira da Silva Vargas, suplente, e entra a Sandra Regina de Castro de Aguiar, suplente. São duas Aguiar que entraram, hein? [Risos].

## 3. COMISSÃO ELEITORAL DO CMAS;

Vamos, então, para a Comissão Eleitoral do CMAS. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Então, já temos, a comissão se completou com os membros da UBEA e da Frente em Defesa do SUAS. Então, já vamos começar a marcar para fazer o grupo lá da Comissão Eleitoral e já vamos marcar a primeira reunião, talvez ainda para essa semana. Vou ver com as pessoas para a gente já começar a fazer o calendário. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** E a sociedade civil, na próxima reunião que a gente for fazer, nós vamos conversar sobre o processo eleitoral, tá? Cada território, como vai ser, enfim, como é que a gente pode estar junto nisso.

## 4. COMISSÃO DE NORMAS;

Comissão de Normas, vou passar aqui para a Laura. **Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** As entidades avaliadas pela Comissão de Normas, para a **MANUTENÇÃO DE 2024 APROVADAS:** UNIÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO SUL, aprovada habilitação, reabilitação e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, trabalho educativo PCD. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE**, aprovada a manutenção do Serviço de Convivência de seis a quatorze anos. **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO GRANDE DO SUL, ACM.** Aprovada a manutenção para, no Morro Santana, Serviço de Convivência de seis a quatorze, Serviço de Convivência de quinze a dezessete e 12. Na Cruzeiro, Serviço de

Convivência de seis a quatorze e de quinze a dezessete. Na Vila Restinga Olímpica, Serviço de Convivência de seis a quatorze e Socioaprendizagem. E no Centro, Serviço de Habilitação e Reabilitação. **ASSOCIAÇÃO CET CENTRO TERAPÊUTICO**, aprovada a manutenção para habilitação e reabilitação. **ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM CÂNCER, AAPEC**, aprovada a manutenção para assessoramento, defesa e garantia de direitos e acolhimento provisório. **MANUTENÇÃO 2024 REPROVADA: ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA**. Motivo da não aprovação da manutenção: a entidade não executa o serviço de assistência, mesmo que apresente sobre um grupo de idosos. Fica claro que as ações são voltadas para educação e cultura. Não fica claro se os recursos humanos são contratados ou voluntários, assim como não consta vínculo com a rede socioassistencial. Então, a entidade terá a inscrição cancelada e poderá entrar em recurso até trinta dias, a partir dessa plenária da notificação. **MANUTENÇÃO 2022 E 2023**, aprovada a **ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NOSSA SENHORA APARECIDA, ANSA**. Aprovado o Serviço de Convivência de seis a quatorze anos. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste**: O Serviço de Convivência da ACM, apesar de estar descrito na Fasc, não é parceirizado. É contrapartida da própria OSC. **Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania**: Não tem problema nenhum. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste**: Porque ninguém quer parceirizar Serviço de Convivência de idosos. **Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania**: A entidade não precisa ter parceria para ter inscrição. Finalizada, então. Então, em votação, quem aprova as manutenções aprovadas? Alguém se abstém? Alguém em desacordo? Não? **APROVADAS**. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**: Eu só ia sugerir que os conselheiros pudessem estar levando para as suas CORAS aquelas que foram aprovadas aqui. Porque as entidades estão ansiosas, enfim. As que não foram, pode dar problema, mas as que foram aprovadas.

## **5. RETORNO PLOA 2025.**

**João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania**: Então, vamos só a última pauta, que é uma retorno do PLOA. A executiva, referente ao PLOA 2025, ela encaminhou um documento à Câmara de Vereadores com algumas sugestões. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**: O que a gente pensou. Como a PLOA, ficou aquela dúvida na reunião, não ficou dúvida, a nossa assessora jurídica



afirmou que precisava ser aprovado pelo conselho, mas ela foi encaminhada sem esta aprovação. Ela já está na Câmara de Vereadores, ela já está sendo discutida pelos vereadores. O que a executiva então pensou, é que a gente pudesse estar fazendo um documento, exatamente com estas questões de problema da per capita, da questão da demanda que se tem, enfim, que a gente, enquanto conselho, possa estar encaminhando ao presidente da câmara e a todos os vereadores, o que é a política de assistência, sua demanda, a questão da manutenção do orçamento e dos serviços e ampliação de serviços. Então, isso foi o que a gente ficou. Questionamento sobre aquilo. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** Por que o Serviço de Convivência só tem previsão até junho? De seis a quatorze anos. Não tem previsão para o resto do ano? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É que a gente ficou com muitas dúvidas, em relação ao que foi apresentado, porque tem coisas que a gente aprovou na calamidade, agora das enchentes, que ela está prevista lá em 2025. E aí a previsão era para ser utilizada em seis meses, um exemplo, essa questão do Serviço de Convivência, então tem várias questões, mas, infelizmente, não vem de uma forma, uma linguagem acessível para que a gente possa dizer: "Ah, agora eu entendi", né? A gente não consegue e tem muitas dúvidas, em relação à prestação de contas, com o que também está sendo posto. Eu não sei se a executiva vai conseguir dar conta de colocar tudo isso neste documento, mas a nossa ideia é que, pelo menos, a gente possa estar alertando os vereadores, por quê? Porque, em relação à saúde, em relação à educação, o pessoal vai lá e, entre aspas, faz o seu lobby. Nós, da assistência, acabamos não fazendo isso e fica, né? Então, a ideia que a gente pensou foi essa. E eu acho que os conselheiros que acham que tem algum item, que acham importante que vá neste documento, possam estar encaminhando para o e-mail do CMAS e a gente contempla no documento. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** A gente levantou em conjunto a função de políticas de fiscalização, e o que a Neusa disse naquele dia lá na Fasc? Que o recurso tinha que estar gravado, mesmo que não seja mais hoje, para fazer recurso junto ao CMAS, para garantir que o recurso venha. Aí, o que nós anotamos ali, no dia. Não tem previsão de recurso para o CRAS Norte, o CRES Norte-Noroeste, não tem recurso para Farrapos, não tem recurso provisionado para o Serviço de Convivência, não tem recurso previsto lá para o Restinga. E aí, se é para prever o recurso só até junho, como é que vai o serviço de quem vai estar com as OSCs? O ajustamento foi só para você até junho? Não. O ajustamento foi até final de 2023.

Então, por que não tem recurso? E, ao mesmo tempo, tem parcerização, per capita de 500 no Serviço de Convivência de 9.160 metas. Mas para quem? Porque a per capita do Serviço de Convivência não é igual para todos. É, por exemplo, se eu atendo quarenta e o [Inaudível] atende oitenta, não dobra, porque eles entendem que o coordenador continuará o mesmo, os demais continuarão o mesmo, o educador será o mesmo, então não dobra. É quarenta mais um x. Mas ali tem 500 para todas. E não vai ser assim. Então, aquela planilha ali, não está dizendo a realidade que a gente vive. E isso me preocupa, porque, se for aprovado daquele jeito, depois vão dizer que não dá para fazer, porque não foi previsto para fazer de outro jeito.

**Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá, então eu tenho uma dúvida. Todas essas questões foram elencadas e foram enviadas pela comissão para a Fasc, para que se responda, isso? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Não. Em relação à prestação de contas é outra coisa. [Falas concomitantes]. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** E isso me preocupa, porque não tem previsão de recurso para Assistência Social, como não tem previsão de recurso para as calamidades. O que entrou dia vinte e mais o que entrou dia dezesseis de junho, não foi usado nada, sendo que lá votamos o caráter emergencial para ser usado. Isso me preocupa, porque a Assistência Social só é vista quando tu falha. Quando ela está dando conta, mesmo que seja botando quinhentas pessoas numa sala com o bicho e o tri bicho, aí vão dizer que está tudo funcionando normal. Mas aí, quando falha, o conselho é que leva a culpa. Quem participa dos fóruns, chega lá, não deu certo, tá, mas o CMAS deixou. Então, eu acho que o nosso papel é fiscalizar e cobrar e é isso que nós estamos colocando. [Falas concomitantes]. **Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Bom, aí a minha dúvida é, será que nesses pontos não seria importante trazer a Neusa? Não, eu entendo que não dá para mudar agora. Eu acho que tem que fazer as duas coisas. Eu acho que tem que fazer o encaminhamento para a Câmara de Vereadores, mas certeza desses encaminhamentos e dessas respostas que a gente vai fazer, trazendo alguém que possa explicar. Não, de novo, eu entendo que a gente não vai mudar as coisas nesse momento. [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pessoal, eu vou colocar assim a minha posição enquanto conselheira e quem está fazendo da Comissão de Fiscalização. Nós estamos há mais de mês, e nós fizemos reunião extraordinária todas as terças-feiras. A gente vem fazendo, acho que faz cinco

semanas que a gente se reúne, para conseguir entender a prestação de contas do primeiro e do segundo trimestre. Agora tem a Cátia, que veio para a comissão, que é alguém que entende de contabilidade, que é para tentar nos auxiliar. Por quê? Porque vem o processo, vem as contas, vem o valor e a gente que se vire para abrir a conta, para ver o que foi pago, o que não foi pago, o que tem, o que deixa de ter, né? Então, assim, aí fica a gente deduzindo que possa ser isso, que possa ser aquilo ou que possa ser aquilo outro. Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque nós já tivemos duas ou três reuniões com a Fasc para discutir a LOA. A Comissão de Fiscalização e Política se reuniu, eu não gosto de dizer nome, porque daí personaliza, mas onde veio a representação da Fasc para fazer a fala. Nós tivemos uma plenária nossa, onde foi apresentado isso e a gente fez os questionamentos e não vem. Eu não tenho problema nenhum que a gente chame e que a gente faça, só que a Comissão de Fiscalização não tem como fazer isso agora. Nós precisamos dar conta da prestação de contas, nós precisamos dar conta de toda a fiscalização que a gente precisa fazer, que a gente não está conseguindo fazer, porque a gente passa toda a reunião tentando. Agora, o que a gente fez? E aí a gente abriu todas as contas, botamos todas as dúvidas por escrito, encaminhamos para Fasc e solicitamos que eles venham numa reunião para responder as dúvidas, porque, senão, não respondem, aí vem em partes respondido e aí fica. E nós já estamos com o terceiro trimestre da prestação de contas vencendo agora em setembro. Então, eu não sei, sinceramente, cansa. Eu estou bem cansada, eu estou bem cansada desse processo. E a gente fica se desgastando por isso, isso deve ser aquilo, mas é tudo dedução. **Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Eu entendo isso e eu acho que vocês têm toda a razão em cobrar e a Ângela não é a primeira nem a segunda vez que traz essa demanda, dessa dificuldade. Mas, em relação à PLOA, que a gente tinha combinado então é de fazer essa carta para os vereadores, visto que a gente entende que não tem mais prazo de alteração. Bom, elencou várias questões ali. Seria importante tu registrar elas primeiro. E outras pessoas que tiverem, da mesma forma. Eu não recebi também. Eu gostaria de ter recebido e gostaria de poder ler também para entender, para ver outras questões, tentar interpretar algumas coisas também, mas não recebi. Então, eu não sei se a gente conclui, envia hoje. Se dá tempo de a gente fazer isso quinta, por exemplo, para que eu possa dar uma olhada. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A gente vai fazer na quinta. Nós não vamos conseguir fazer enquanto executiva hoje. Eu acho que falhamos, a executiva falhou nesse encaminhamento. Isso foi tirado na plenária. Se falhou, então hoje a gente sai daqui e pede que seja

encaminhado então o Plano Orçamentário, a PLOA, é o Projeto de Lei Orçamentária, né?

**Terezinha de Fátima de Deus Teixeira Lemos Araújo da Rosa (S), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Extremo Sul:** Boa tarde a todos. Eu gostaria que a minha manifestação constasse em ata, já que estamos falando em falhas, em problemas, em dificuldades de comunicação. Eu gostaria de reiterar que constasse em ata a ida do CMAS a uma CORAS no Extremo Sul, porque nós temos muitos problemas de comunicação, de entendimento, de colaboração dentro da nossa CORAS. Então, gostaria que o CMAS pudesse ir até lá, numa CORAS nossa, né? Para poder esclarecer algumas questões, né? E que a gente ficou, acho que de fazer isso foi um pouquinho antes da enchente, aí veio a enchente, acabou não sendo possível, mas a Zoé depois acabou falando com vocês, mas nunca sai a data. Então, colocando em ata agora, se consigo organizar a ida de vocês até a nossa região. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tu pode colocar a data da CORAS, por favor? A data da CORAS. **Terezinha de Fátima de Deus Teixeira Lemos Araújo da Rosa (S), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Extremo Sul:** É na terceira quinta de cada mês. Terceira sexta de cada. Terceira sexta pela tarde. Dezoito de outubro. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Vai ter agora em outubro, de novo, dia dezoito? Tá, daí vocês precisam confirmar só, se vai ter no dia dezoito. É, acho que a gente pode encaminhar diante dessa dificuldade que tu está trazendo, que a gente não sabe de que ordem é e o que é, mas que possa ir a executiva e as assessorias também, que a gente teve isso na Restinga também. **Terezinha de Fátima de Deus Teixeira Lemos Araújo da Rosa (S), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Extremo Sul:** Até são algumas questões, inclusive, eu já te coloquei no privado, para não ficar... **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá, mas podemos conversar depois, tranquilo. **Terezinha de Fátima de Deus Teixeira Lemos Araújo da Rosa (S), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Extremo Sul:** Tá, está bem. Causa problema para a gente, que, como a colega colocou, depois, quando as coisas não funcionam, cai aonde? É o conselho que não trabalha, o conselho que não funciona. Só que quando eu não tenho uma articulação, não tem um trabalho em conjunto, as coisas não têm como andar. Então, pode ser que indo vocês lá, o pessoal consiga se harmonizar e trabalhar junto, né? Porque daí fica, é isso que preocupa e daí não dá certo. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social –**

657 **Fomtas – Coras Restinga 01:** O que eu ia sugerir é que, além da executiva, as assessorias  
658 também, sim, pudessem estar. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de**  
659 **Assistência Social e Cidadania:** Vamos encaminhar a PLOA? **Ângela Maria de Aguiar da**  
660 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**  
661 **Restinga 01:** Não, é só informativo. Aí a gente faz o documento, só vamos, João, encaminhar  
662 a aprovação então deste documento. Nós não temos ele aqui, mas fica então aprovado em  
663 plenária que a executiva se responsabiliza em fazer este documento, para encaminhar aos  
664 vereadores, ao presidente da câmara, apontando as questões da política de Assistência Social.  
665 É isso. O outro encaminhamento, pessoal, que daí a gente fez na executiva, a gente acabou  
666 não conseguindo. A gente tem uma eleição municipal, que está aí, e aí a executiva, num dos  
667 encaminhamentos, a gente está propondo enquanto Conselho Municipal de Assistência Social,  
668 encaminhar um documento deste conselho a todos os candidatos à prefeitura de Porto Alegre,  
669 colocando um pouco, a gente fez aqui, ele não está finalizado ainda, mas ele é um pouco do  
670 que a gente pensou. Então, a minha sugestão é que se possa ler, se vocês entenderem que tem  
671 mais alguma questão que precisa ser colocado, vocês falam e aí a gente tenta trabalhar dentro  
672 do texto. Pode ser? **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência**  
673 **Social e Cidadania:** Pode. Então: Aos excelentíssimos candidatos e candidatas à Prefeitura  
674 de Porto Alegre. O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, responsável  
675 por garantir o controle social da política de Assistência Social, vem, por meio desta carta,  
676 apresentar as demandas cruciais para o fortalecimento da política de Assistência Social em  
677 nosso município. Em um contexto de crescentes desafios sociais, reafirmamos a necessidade  
678 de uma gestão comprometida com a promoção de direitos e a redução das desigualdades, por  
679 meio de uma política pública de Assistência Social forte, estruturada e conectada às reais  
680 necessidades da população. Item um: fortalecimento do diálogo com o CMAS e a atuação dos  
681 conselheiros. O CMAS, enquanto órgão de controle social, responsável por fiscalizar e  
682 deliberar sobre a execução da política de Assistência Social, requer um diálogo contínuo e  
683 qualificado com o governo municipal. Solicitamos o compromisso dos candidatos com:  
684 ampliação do diálogo com o CMAS, o princípio da gestão participativa, conforme previsto  
685 pela Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, Lei número 8.742 de 1993, deve ser  
686 respeitado. É necessário assegurar um relacionamento efetivo entre o governo e o CMAS,  
687 garantindo que o controle social seja exercido com plenitude, transparência e participação  
688 ativa da sociedade civil. Atuação qualificada dos conselheiros do governo nas comissões e  
689 plenárias. É imprescindível que os conselheiros representantes do governo participem de

maneira contínua e ativa nas comissões e plenárias do CMAS, contribuindo para debates robustos e fundamentais que resultem em ações mais efetivas no atendimento às demandas sociais. O compromisso de reativar o Comitê Municipal de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, o CMP Rua, com a destinação de uma cadeira ao CMAS. O fortalecimento da FASC, como órgão gestor da política de Assistência Social, criada através da lei 352. Diferenciação e integração das demandas entre a Assistência Social e os Direitos Humanos. Embora as políticas de Assistência Social e Direitos Humanos possuam naturezas distintas, há pautas e desafios em comum que demandam uma abordagem íntegra. Propomos: diálogo ampliado entre a Assistência Social e os Direitos Humanos. As interseções entre essas políticas devem ser aprofundadas, com maior colaboração entre secretarias e setores envolvidos. A Assistência Social enquanto política de proteção deve articular-se com os Direitos Humanos para enfrentar as violações de direitos e promover a inclusão e dignidade dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Valorização e proteção dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. A política de Assistência Social não se sustenta sem os profissionais que atuam na linha de frente do Sistema Único de Assistência Social. A diversidade das formações profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais, entre outros...”

**Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Eu quero só fazer uma observação em relação ao SIAMPE, só ler de novo para mim. Eu acho que ele disse que é para manutenção do conselho. Na verdade, o processo de reabertura, ele já foi feito e o SIAMPE já está restaurado na cidade. Então, acho que tem que ver como está escrito o texto para a gente mudar ou não, daqui a pouco de manutenção do conselho, enfim, nesse sentido.

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Está bem, só que nós não recebemos nesse conselho nenhum comunicado a respeito disso. O CMAS encaminhou ao gabinete do prefeito solicitando uma posição em relação a isso e, até hoje, nós não recebemos.

**Laura da Silva Ferronato (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É, mas voltou um retorno informando que o processo do SIAMPE estava aberto sobre um outro SEI, aí ele cita esse SEI, e aí quando se abre esse outro SEI.

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Bom, veio para o CMAS? [Falas concomitantes].

**João Virgílio de Almeida Garcia (T) – FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** De repente vamos encaminhar por e-mail.

**Warna Frühauf (T), SEMAPI - Sindicato dos**

**Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS, Coras Sul:** Como é que vocês estão pensando... Como é que nós estamos pensando na verdade a questão das propostas de conferência? Porque isso fica a cada dois anos parado, e parado de novo, e parado de novo, a gente tem que ter um retorno. Como é que poderia fazer uma dinamização, sei lá, para vir isso, tem que ter um, tem que ter um feedback disso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tem razão. Duas coisas, eu acho que tu podia contribuir com um parágrafo, né, em relação aos povos. A gente está fazendo amplo, a gente não está botando "queremos isso, queremos aquilo, queremos aquilo outro". A gente está fazendo de uma forma ampla porque tem que ser um documento enxuto. Mas eu acho importante aparecer e eu acho que daí tu tem condições. Consegue fazer? Até quinta? Tá. Até quinta. Quinta na executiva a gente consegue fechar. Se tiver mais alguma questão que vocês acham que passou aqui, eu, por exemplo, a gente não colocou aqui ampliação do orçamento para FASC, né. A gente não colocou, eu acho que isso também é uma questão que pode. Pessoal, os conselheiros que são do governo tranquilo, porque a gente fez questão de colocar aqui essa questão, porque muitas vezes a gente sabe que os conselheiros são encaminhados mas estão lá com 100% da sua tarefa e mais o que tem aqui, né. Então, a gente fez questão de colocar isso, assim, ser conselheiro do governo neste conselho, ele é uma atribuição que demanda, demanda comissão, demanda uma série de coisa. Ser conselheiro também... Ser conselheiro, né. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, vamos encerrando a nossa plenária. Muito obrigado a todos.

*Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*